

Caiado busca apoio a texto do 'Centrão'

BRASÍLIA — O presidente da UDR, Ronaldo Caiado, reinicia amanhã o lobby dos produtores rurais na Constituinte, visando à aprovação da proposta de reforma agrária do Centrão. O tema deverá ser votado por volta do próximo dia 25. Caiado se reunirá com o presidente da Sociedade Rural Brasileira, Flávio Telles de Menezes, o presidente da Organização das Cooperativas do Brasil, Roberto Rodrigues, o presidente da Confederação Nacional da Agricultura, deputado Alysson Paulinelli (PFL-MG), e com o coordenador da Frente Parlamentar da Agricultura, deputado Rosa Prata (PFL-MG).

Os cinco vão montar a estratégia de convencimento dos constituintes para que o direito de propriedade sobre a terra não seja subordinado ao cumprimento da função social, como está definido no texto aprovado pela Comissão de Sistematização, uma derrota imposta à UDR. A entidade quer também que a Constituição diga explicitamente que a propriedade produtiva não poderá ser desapropriada.

Na terça-feira, a agenda de Caiado está toda ocupada por encontros com lideranças partidárias na Constituinte. Um assessor da UDR adianta que, desta vez, Caiado lutará com mais decisão pela vitória, e promete promover, no dia da votação, uma grande manifestação de ruralistas em Brasília.

Medo — Uma semana antes da chegada de Caiado, os 137 parlamentares ligados a proprietários de terra (82 deles integram a Frente Parlamentar da Agricultura) começaram a se movimentar. O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) já conversava com seus companheiros de Centrão para rearticular o grupo, que, segundo ele, ficará unido durante a votação do título da Ordem Econômica, no qual está o item da reforma agrária. "Se o cumprimento da função social for uma condição para que o fazendeiro não perca a terra, os únicos favorecidos serão os fazendeiros de elite; os outros venderão suas propriedades com medo da reforma agrária", sustenta Cardoso Alves.



Caiado prepara pressão em Brasília

É que o texto da Sistematização diz que a União poderá desapropriar a terra quando o proprietário não cumprir, simultaneamente, os requisitos definidos como de função social: aproveitamento adequado, preservação do meio ambiente, respeito às leis trabalhistas e favorecimento do bem-estar do proprietário e dos trabalhadores. "A maioria dos nossos produtores rurais não conhece legislação trabalhista, ignora noções de saúde e preservação do meio ambiente, não tem tecnologia ao seu dispor e depende do Estado para investir.

Tese difícil de explicar ao povo

O deputado José Egreja (PTB-SP) acha que até o texto do Centrão tem de ser aperfeiçoado. "pois, quando foi feito, havia acordos que tinham de ser cumpridos". Na questão da função social, no entanto, era o texto do Centrão que Egreja trabalhava na última semana. A diferença para o da Sistematização é que o Centrão subordina apenas o uso da terra ao cumprimento da função social, e não o direito de propriedade, e não obriga que os requisitos sejam obedecidos simultaneamente. "O direito de propriedade é inquestionável", diz Egreja. Cardoso Alves reconhece que a vitória não virá com facilidade, pois é uma tese "difícil de ser defendida junto à população".

A esquerda pensa o mesmo e vai trabalhar com o argumento de que o que a direita quer é inviabilizar, na prática, a reforma agrária. Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) defende esse ponto de vista. "porque, se a União não puder desapropriar as terras de quem não cumpre a função social, vai se limitar a orientar o proprietário infrator a se corrigir, nada mais". O líder do PCB, Roberto Freire, acha que Plínio exagera, porque o conceito de função social já está aprovado no capítulo dos Direitos e Garantias do Cidadão.

César Maia (PDT-RJ) concorda com Freire e não teme a ação da UDR: "Eles não têm como ganhar, mas se ganharem, basta que o país conte com um governo forte, com um presidente disposto a fazer a reforma agrária, que essa mudança não a inviabiliza de modo algum".

FLASH E OBJETIVAS
USADOS
NA FOMAR.
Veja hoje e 4ª feira nos
classificados.